

## **Declaração conjunta pela ANTI (Aliança Nacional de Timor-Leste para um Tribunal Internacional) e a Amnistia Internacional para comemorar o 12 de novembro de 2012**

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a comunidade internacional devem assegurar justiça para os crimes sérios cometidos durante a ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999) e no contexto do referendo de 1999, dizem a ANTI (Aliança Nacional de Timor-Leste para um Tribunal Internacional) e a Amnistia Internacional.

Hoje, 12 de novembro de 2012, as pessoas de Timor-Leste refletem sobre os 21 anos decorridos desde o massacre de Santa Cruz em 1991, quando as forças de segurança da Indonésia abriram fogo sobre uma procissão pacífica de cerca de 3.000 timorenses que se dirigiam para o cemitério de Santa Cruz em Díli, levando à morte de muitos timorenses. Ao mesmo tempo, a milhares de quilómetros em Nova Iorque, o Conselho de Segurança das Nações Unidas vai reunir para discutir os futuros compromissos da ONU em Timor-Leste.

A ANTI e a Amnistia Internacional repetem apelos de longa data aos governos de Timor-Leste e da Indonésia e à comunidade internacional para que assumam responsabilidade e assegurem justiça, verdade e reparações para as violações de Direitos Humanos cometidas durante a ocupação indonésia e no contexto do referendo de 1999.

A impunidade persiste para os autores de sérios crimes cometidos pelas forças de segurança indonésias e os seus auxiliares durante a ocupação de Timor-Leste e em 1999. Estes crimes incluem homicídios, desaparecimentos forçados, violações e outros crimes de violência sexual contra mulheres e raparigas, tortura e outros maus-tratos. Muitos deles enquadram-se nos crimes contra a humanidade e violam o direito internacional.

Até à data, ninguém está preso – nem na Indonésia, nem em Timor-Leste – por estes crimes. Mais de 300 pessoas acusadas de crimes contra a humanidade e fortes violações de Direitos Humanos continuam a fugir à justiça na Indonésia. As autoridades indonésias recusaram-se a cooperar com o sistema de justiça promovido pela ONU em Timor-Leste e a extraditar os seus cidadãos suspeitos de crimes contra a humanidade para ir a julgamento em Timor-Leste.

Na Indonésia, os 18 arguidos originalmente julgados por crimes cometidos em Timor-Leste em 1999, pelo Tribunal *ad-hoc* de Direitos Humanos em Jacarta, foram absolvidos pelo Tribunal ou mais tarde em recurso. Até à data não houve nenhum processo formal para levar à justiça os responsáveis por crimes contra a humanidade e violações graves de Direitos Humanos cometidas entre 1975 e 1998.

Com base na informação acima, a ANTI e a Amnistia Internacional apelam para as seguintes ações imediatas:

- A ONU deve declarar de forma clara que não haverá impunidade para crimes contra a humanidade e violações graves de Direitos Humanos cometidos em 1999 e durante a ocupação indonésia (1975-1999), e mais do que isso, deve assegurar que a justiça para crimes sérios cometidos em Timor-Leste continua na agenda do Conselho de Segurança

das Nações Unidas após a retirada da missão de manutenção da paz da ONU planeada para dezembro de 2012.

- A ONU deve tomar ações concretas e efetivas no sentido de estabelecer um plano compreensivo a longo-prazo para pôr fim à impunidade para todos os perpetradores de violações de Direitos Humanos cometidas em 1999 e durante a ocupação indonésia.

- O Conselho de Segurança das Nações Unidas deve discutir e implementar as recomendações da [Comissão de Especialistas de 2005](#), incluindo adotar uma resolução no âmbito do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas para criar um tribunal criminal internacional *ad-hoc* para Timor-Leste, quando os mecanismos domésticos falharam em levar aqueles responsáveis por crimes cometidos no passado a um processo legal credível. Este tribunal deve ter jurisdição sobre todos os crimes de direito internacional cometidos pelas forças de segurança indonésias e os seus auxiliares em Timor-Leste entre 1975 e 1999.

- Os governos timorense e indonésio devem ratificar a Convenção sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados e tomar ações efetivas para implementar as recomendações da Comissão Verdade e Amizade bilateral para esclarecer o destino e paradeiro de pessoas desaparecidas.

Em conjunto, a ANTI e a Amnistia Internacional exigem que a ONU e os governos de Timor-Leste e da Indonésia assumam a responsabilidade de assegurar justiça para crimes contra a humanidade e violações de Direitos Humanos que ocorreram em Timor-Leste entre 1975 e 1999. Devem assegurar que as vítimas do massacre de Santa Cruz e todos aqueles que sofreram durante a ocupação indonésia e no contexto do referendo de 1999 têm acesso a justiça, verdade e reparação. Inação contínua só irá consolidar uma cultura de impunidade e deixar uma mancha negra no registo da ONU em Timor-Leste.

1. National Victim Association
2. HAK Association
3. Committee of 12th November
4. La'o Hamutuk (Walking Together)
5. Luta Hamutuk (Struggle Together);
6. OPVG (Organização Popular da Vitima da Guerra/Popular Organization of Victims of War)
7. FONGTIL (Timor-Leste NGO Forum)
8. FTM (Forum Tau Matan/Forum for Monitoring)
9. KSI (Kdadalak Sorumutuk Institute)
10. FOKUPERS (Women organization)
11. KBH (Knua Buka Hatene/Home for Searching Knowledge)
12. Judicial System Monitoring Program (JSMP)
13. CDI (Community Development Interest)
14. Front Mahasiswa Timor-Leste (FMTL, Student Front)
15. Institute Edukasaun Popular (IEP)
16. Klibur Solidariedade
17. Mata Dalan Institute (MDI)
18. Ita ba Paz